



220ª Sessão Ordinária
Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis

Informações Preliminares

220ª Reunião Ordinária PRESENCIAL realizou-se na terça feira, dia **29 de agosto de 2023**, às **13h**, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, à Av. Prof. Henrique da Silva Fontes (Beira Mar Norte), 6.100, Trindade - Florianópolis/SC.

Das 32 instituições que compõem o CMS, 17 estavam presentes, 13 entidades ausentes e 2 entidades justificaram ausência. Estiveram presentes 29 participantes na condição de servidores, convidados, estudantes e comunidade em geral.

Abertura e Pauta

Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Iniciou a reunião informando que faria a leitura das pautas para que fossem aprovadas, que Albertina Prá da Silva, Vice Presidente estava coordenando a reunião e que estava dando assessoramento a ela. A Presidente do Conselho justificou sua ausência.

Pauta:

1. Aprovação da ata 219ª;
2. Apresentação da situação atual das obras (reforma, construção e licença ambiental);
3. Apresentação dos valores pagos aos funcionários da gestão nos últimos 3 anos e da APS, por categoria;
4. Centro de convivência e cultura Arco-Íris;
5. Momento da Secretaria Executiva e Comissões;
6. Apresentação de demandas dos Conselhos Locais e Distritais de Saúde;
7. Sugestão de Pontos de Pauta para a próxima Sessão Plenária de nº. 221, de 26 de setembro de 2023.

Desenvolvimento dos Trabalhos:

1º Aprovação da ata 219ª;

1.1 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Comentou que houve um contratempo na última Plenária, não foi possível acessar a gravação da reunião por problemas técnicos no gravador mas que a equipe do Conselho procurou resgatar o máximo possível das falas para a elaboração da Ata 219ª. Pôs a Ata em aprovação perguntando se alguém teria algum ajuste para fazer. Ninguém se manifestou, e colocada em votação a Ata foi aprovada. Informou que o Conselho conseguiu um gravador emprestado até novembro com a Escola de Saúde Pública do Estado, para utilizar enquanto não adquire um novo equipamento.

2º Apresentação da situação atual das obras (Reforma, Construção e Licença Ambiental);

2.1 Shayane Damazio dos Santos - Diretora de Gestão Administrativo Financeiro - SMS

Deu boa tarde a todos, disse que iria apresentar a infraestrutura da Secretaria até o momento e a previsão para 2024. Relatou que a previsão de obras a serem inauguradas ainda em 2023 são a Unidade de Pronto Atendimento - UPA Norte, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS da Ponta do Coral e Centro de Saúde Centro. Para a inauguração até março de 2024 é a obra do Centro de Saúde Monte Serrat. Mostrou o contrato referente a Policlínica Norte, com valor estimado de aproximadamente 5 milhões, executado até o momento 36,2%, valor pago de 1.878.848,14 e com previsão de entrega ainda em 2023. Apresentou algumas fotos da situação atual da obra. Na obra do CAPS Ponta do Coral a execução está em 38%, o valor do contrato é de 2.804.858,44 e o valor pago até o momento é de 1.057.645,48 com previsão de entrega da obra em 2023. Na obra do Centro de Saúde Centro o valor do contrato de reforma é de 3.699.999,99, com execução até o momento de 20,8%, foi pago 798.915,64 e tem previsão de entrega também para 2023. No Centro de Saúde Monte Serrat o valor do contrato é de aproximadamente 3 milhões, pago até o momento 688.237,22 e com entrega prevista até março de 2024. Discorreu sobre as manutenções mais significativas feitas nas Unidades: manutenção corretiva, preventiva e serviço contínuo dos Centros de Saúde, Policlínicas, UPAs e CAPS. As manutenções feitas até agora foram no Centro de Saúde Coqueiros, Centro de Saúde Córrego Grande, Centro de Saúde Trindade e Centro de Saúde Ribeirão da Ilha.

2.2 Humberto João dos Santos - Secretário Adjunto de Saúde - SMS

Completo que essas foram as revitalizações mais completas.

2.3 Shayane Damazio dos Santos - Diretora de Gestão Administrativo Financeiro - SMS

Seguiu sua apresentação com o tópico: novas obras em 2023 / Obras em processo de licitação e valor estimado.

Novas obras - 2023

Obras em processo licitatório



- CS Agronômica
- CS Saco dos Limões

Previsão de Licitação ainda em 2023



- CS Ponta das Canas
- CS Santinho

Obras em licitação	Valor estimado
CS Agronômica	4.558.335,50
CS Saco dos Limões	5.133.553,43
Total estimado	R\$ 9.691.888,93



2.4 Humberto João dos Santos - Secretário Adjunto de Saúde - SMS

Comentou que a obra do Centro de Saúde Saco dos Limões foi paralisada, tiveram que atualizar o orçamento e encaminhar para licitação novamente. Complementou que o processo licitatório tem abertura no dia 02 de outubro e logo saberiam qual era a empresa ganhadora da licitação para início da obra. Disse que a obra do Centro de Saúde Agronômica já possui ganhador, a Diretoria de Licitação e Contrato (DLC) está fazendo o contrato e após assinar poderá ser iniciado o serviço.

2.5 Shayane Damazio dos Santos - Diretora de gestão Administrativo Financeiro - SMS

Discorreu acerca da previsão de obras para licitar em 2024.

Em projeto - previsão para licitar em 2024



- ✓ Novo Centro de Saúde Costeira
- ✓ Novo Centro de Saúde Vila Aparecida
- ✓ Novo Centro de Saúde Morro das Pedras
- ✓ Novo Centro de Saúde Jurerê

Obras previstas para 2024	Valor estimado
CS Costeira	5.587.512,23
CS Morro das Pedras	5.587.512,23
CS Jurerê	5.587.512,23
CS Vila Aparecida	6.587.512,23
Total	R\$ 23.350.048,92

Disse que os valores estimados eram iguais nos Centros de Saúde Costeira, Morro das Pedras e Jurerê pois é um valor estipulado por metros quadrados e como esses Centros de Saúde possuem um padrão por número de equipe os valores eram os mesmos. Finalizou falando que essas eram as obras que estavam em execução e previstas para 2024 e agradeceu a todos.

2.6 Lisia Maria Barth - CDS Norte

Afirmou que está aproximadamente há 8 anos entregando Ofícios referente a reforma do Posto de Saúde da Cachoeira do Bom Jesus para vários Secretários e Prefeitos. Indagou em que ano pretendem realizar a obra nesse Centro de Saúde.

2.7 Humberto João dos Santos - Secretário Adjunto de Saúde - SMS

Respondeu que estiveram na Unidade juntamente com um Vereador, fizeram o levantamento do prédio e analisaram a possibilidade de fazer uma ampliação para o terreno da Intendência localizado atrás. Explicou que a Unidade de Ponta das Canas estava na mesma situação mas que o processo de ampliação

seria mais rápido e de menor preço devido a existência do prédio da antiga Escola Básica Municipal Osvaldo Machado, embora a importância seja diferente. Comentou que atualmente estão trabalhando com as 4 novas Unidades apresentadas para entregar. Falou ainda que o Centro de Saúde Cachoeira do Bom Jesus não está entre as Unidades para executar ou desenvolver qualquer tipo de estudo, mas que podem conversar com a Atenção Básica e examinar o que está se pensando sobre o Distrito Norte para organizar a prioridade e qual Unidade seria atendida após a construção da Unidade de Jurerê. Deve ser feito um levantamento de território e verificar qual localidade está em maior crescimento e necessita de maior urgência.

2.8 Lisia Maria Barth - CDS Norte

Disse que pensa ser prioridade UPA Norte, Unidade de Jurerê e que logo após, a Unidade da Cachoeira do Bom Jesus.

2.9 Humberto João dos Santos - Secretário Adjunto de Saúde - SMS

Proferiu que a UPA Norte aumentará consideravelmente o espaço e qualidade de serviço. Expôs que é uma obra difícil de finalizar, já que passaram por ela 3 empresas. A obra se encontra praticamente pronta nos últimos andares, em determinado momento os profissionais tiveram que desocupar os andares por conta da mudança do elevador. Disse acreditar que mais 15 ou 20 dias aproximadamente já finalizarão, tornando possível entregar a UPA de forma completa. Acrescentou que referente a questão do esgoto se faz necessário atravessar a Rodovia SC 401 mas já está pactuando com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN. Acrescentou que este é um ponto importante para que seja finalizada a obra na UPA Sul e a resolução da execução do contrato da Unidade de Jurerê, e assim encaminhar outros projetos.

2.10 Talita Cristine Rosinski - Subsecretária de Saúde Pública - SMS

Disse que referente ao Norte para complementar estão finalizando o trabalho no eixo Ingleses, Rio Vermelho e Santinho, o qual se iniciou com a inclusão do Centro de Saúde Capivari. Em seguida a reforma e ampliação do Rio Vermelho. Disse ainda que quem reside no bairro notou a melhoria e que para aprimorar este eixo ainda resta a ampliação da estrutura do Santinho que está entre as prioridades, permitindo finalizar um processo de reterritorialização abrangendo o eixo como um todo. Explicou que Ponta das Canas é outra área da região Norte em que têm estudado algumas alternativas, pois é mais complicada de se modificar e inclui a localidade da Cachoeira do Bom Jesus. Falou que é difícil territorializar novamente Ponta das Canas, visto que é uma área mais isolada e a população fica mais próxima geograficamente do Centro de Saúde Cachoeira do Bom Jesus. Acrescentou que uma das possibilidades é mexer no eixo da Vargem do Bom Jesus e talvez mover parte do território que está atualmente vinculado com a Cachoeira do Bom Jesus para uma estrutura mais próxima dessa região. Discorreu que mesmo que façam a ampliação que Lisia expôs como sugestão para Cachoeira do Bom Jesus, que é importante para se ter mais consultórios e espaços, a médio e longo prazo não daria conta do crescimento populacional, sendo necessária a reorganização da própria dinâmica do território. Declarou que estão estudando como seria mais pertinente viabilizar essa situação e que com certeza estão dando atenção ao assunto.

2.11 Lisia Maria Barth - CDS Norte

Argumentou que na época em que César Souza JR. era prefeito de Florianópolis a obra de um novo Centro de Saúde seria feita em um terreno próximo à Vila União para amenizar a demanda do Centro de Saúde

Cachoeira do Bom Jesus. Disse que o terreno foi vendido, e nunca mais se soube do recurso que havia para a obra. De lá vem solicitando sempre que Cachoeira entre na lista de prioridades para obra, mas até o momento isso não aconteceu.

2.12 Afonso José Christ - CLS Tapera

Contou que na semana anterior houve uma reunião com a Secretária de Saúde e o Vereador do bairro no Gabinete e lhes foi colocado que a ampliação do Centro de Saúde da Tapera estaria inserida no plano de reforma. Mas estranhou que não apareceu no plano apresentado. Prosseguiu dizendo que o Centro de Saúde da Tapera conta com aproximadamente 16 mil pessoas cadastradas e que o bairro da Tapera possui uma população estimada de 30 mil pessoas. Disse que atualmente possuem espaço para atendimento de somente um Dentista e não há como ampliarem. Nesse sentido, afirma que já apresentou algumas propostas de reforma e reafirmou que acreditava que o Centro de Saúde Tapera estaria na lista de aprovação para as obras. Pediu uma posição em relação ao assunto já que a população do bairro espera ansiosamente por uma reforma do Centro de Saúde.

2.13 Humberto João dos Santos - Secretário Adjunto de Saúde - SMS

Expôs que com relação ao Centro de Saúde Tapera há 3 possibilidades: a organização do espaço da Unidade, ampliação no mesmo terreno e a outra é a construção de uma nova Unidade. Todos os 3 projetos estão na fase de levantamento de custos pois estão analisando questões como: o que será incrementado com novas equipes, se compensa fazer o ajuste dentro da unidade ou se ficará muito comprimido no espaço atual. Mencionou que não entrou na lista de obras, pois os outros projetos estão mais adiantados e na fila por mais tempo. Relatou que em paralelo estão realizando estudos sobre a situação da Tapera, porém no momento os projetos com previsão de entrega foram os apresentados.

2.14 Afonso José Christ - CLS Tapera

Perguntou se existe a possibilidade de reforma do Centro de Saúde Tapera ainda no ano atual.

2.15 Humberto João dos Santos - Secretário Adjunto de Saúde - SMS

Respondeu que para o ano atual não existe probabilidade e que a possibilidade é que ocorra em 2024. Falou que fizeram algumas reformas pontuais e emergenciais na unidade como o caso do telhado, mas nada tão estruturante como Afonso levantou.

2.16 Sulimar Vargas Alves - Sindicato dos Empregados em Edifícios e em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de Florianópolis / SC

Expôs sua preocupação, pois já faz tempo que um médico de uma das equipes está atendendo atrás de um biombo e que não há nenhum tipo de privacidade para o usuário. Questionou o que se planejava para a Unidade da Prainha.

2.17 Humberto João dos Santos - Secretário Adjunto de Saúde - SMS

Informou que estão fazendo intervenções em todas as unidades, não apenas na Atenção Básica, mas também na Especializada (no caso da UPA e das Policlínicas). Afirmou que não entendeu sobre a questão do biombo no Centro de Saúde Prainha, perguntou para Sulimar se era dentro do Consultório.

2.18 Sulimar Vargas Alves - Sindicato dos Empregados em Edifícios e em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de Florianópolis / SC

Respondeu que se tratava de um espaço embaixo da escada.

2.19 Talita Cristine Rosinski - Subsecretária de Saúde Pública - SMS

Esclareceu que em relação ao Centro de Saúde Prainha existe o movimento de reorganizar a sede do Consultório na Rua, que ocupa a estrutura física da Unidade. Afirmou que a intenção é que eles possam permanecer baseados possivelmente na estrutura da Policlínica do Centro que também se localiza na região Central e que agora terá uma área mais ampla para fazerem as atividades devido a saída do Centro de Saúde Centro da Av. Rio Branco. Acrescentou que isso promove uma margem maior para a equipe da Prainha se distribuir dentro dos espaços e que firmaria com Sulimar o compromisso de conversar com a Coordenação a respeito da atividade que está sendo realizada embaixo da escada e mencionou que até então ela não tinha conhecimento de que isso estava acontecendo. Concordou sobre a necessidade de adequar um espaço mais organizado, já que não é apropriado atender debaixo da escada.

2.20 Sulimar Vargas Alves - Sindicato dos Empregados em Edifícios e em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de Florianópolis / SC

Expôs que há um consultório de odontologia desativado e que se reivindica uma divisória para que o profissional tenha um consultório para atender os usuários.

2.21 Talita Cristine Rosinski - Subsecretária de Saúde Pública - SMS

Respondeu que irão procurar entender melhor o que está sendo organizado pela coordenação da unidade em relação a redistribuição do espaço físico.

2.22 Josimari Telino de Lacerda - Universidade Federal de Santa Catarina

Se apresentou, saudou a todos e expressou que gostaria de entender o que estavam apreciando. Disse que pelo que observou, há 4 obras em licitação, 2 licitadas em 2023 e 2 para licitar.

2.23 Humberto João dos Santos - Secretário Adjunto de Saúde - SMS

Esclareceu que as 4 que serão entregues já estão licitadas. Comunicou que UPA Norte, CAPS, Ponta do Coral, Centro de Saúde Centro e Monte Serrat já estão em execução.

2.24 Josimari Telino de Lacerda - Universidade Federal de Santa Catarina

Informou que entendeu essa informação, mas não compreendeu que há obras com execução de 20%, outra com 38% e com previsão de entrega para 2023.

2.25 Humberto João dos Santos - Secretário Adjunto de Saúde - SMS

Discorreu que se tratava da execução financeira e não física. A execução física foi um ponto que não abordaram, mas estão mais adiantadas, pois pagam conforme recebem o serviço. Afirmou que só é medido quando o serviço está completo. Exemplificou que no momento da medição, se uma porta está pintada pela metade, não fazem o pagamento pela metade, aguardam pintarem toda a porta para medirem e pagarem.

2.26 Josimari Telino de Lacerda - Universidade Federal de Santa Catarina

Manifestou que queria entender se seriam entregues em 2023.

2.27 Humberto João dos Santos - Secretário Adjunto de Saúde - SMS

Respondeu que sim e sugeriu um convite para os Conselheiros de agendar uma comitiva com fiscal para verificar as obras. Declarou que estão vivendo um bom momento em relação a todas as obras que estão executando (as 4 que entregarão), sobre as 2 obras que estão em licitação afirmou não conhecer a empresa encarregada da Unidade da Agrônômica e quanto a Unidade do Saco dos Limões não possui empresa ainda, mas as que estão executando apresentam um bom trabalho e não tem dúvidas que irão entregar no prazo.

2.28 Josimari Telino de Lacerda - Universidade Federal de Santa Catarina

Esclareceu ter questionado, pois muitas obras já foram apresentadas como se fossem ser entregues no ano em questão e isso não ocorreu, então para que conste em Ata apresentou sua dúvida para compreender melhor.

2.29 Shayane Damazio dos Santos - Diretora de Gestão Administrativo Financeiro - SMS

Se manifestou, dizendo em relação a entrega da obra que nem tudo está sob governabilidade da Secretaria, como no caso de desistência de uma empresa encarregada de fazer a obra.

2.30 Josimari Telino de Lacerda - Universidade Federal de Santa Catarina

Perguntou qual o percentual do realizado fisicamente, pois estão interessados no financeiro, mas nele também. Reforçou que com base nas experiências passadas gostaria de mais detalhes sobre as obras que foram licitadas, as que serão licitadas, e a data de compromisso de entrega.

2.31 Humberto João dos Santos - Secretário Adjunto de Saúde - SMS

Explicou que toda obra, de acordo com a licitação e após o contrato ser assinado, possui prazo de um ano para ser entregue. Depende da empresa que vai ganhar, já que existem vários fatores como preço, desconto e disputa. Deu o exemplo da Unidade do Saco dos Limões no qual a empresa começou a obra, fechou o tapume e desistiu. Acrescentou que tiveram que reiniciar todo o processo com orçamento atualizado e tudo mais, porém que é difícil mensurar, é apenas durante a obra que conseguem ficar mais tranquilos em relação a isso.

2.32 Josimari Telino de Lacerda - Universidade Federal de Santa Catarina

Questionou o porquê do prazo da obra da Unidade de Jurerê ser 2024, se este é um assunto recorrente no Conselho há muito tempo.

2.33 Humberto João dos Santos - Secretário Adjunto de Saúde - SMS

Respondeu que surgiu uma questão referente ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, foi levada para a Procuradoria do Município, acertaram os levantamentos e deram continuidade ao projeto. Atualmente o projeto arquitetônico que possui planta similar ao da Unidade do Alto Ribeirão está em fase final. Ião compactuar com a Coordenação/Atenção para analisar se existe alguma mudança na lógica do fluxo da Unidade e a partir disso encaminharão para os contratos complementares (área da energia, hidráulica, internet), em seguida para orçamento, aprovação dos órgãos e licitação.

2.34 Josimari Telino de Lacerda - Universidade Federal de Santa Catarina

Questionou se só encaminham para licitação quando está tudo acertado.

2.35 Humberto João dos Santos - Secretário Adjunto de Saúde - SMS

Confirmou que sim e discorreu que nenhuma obra é licitada sem antes ter todo esse *checklist* pronto.

2.36 Gustavo Jubiraci Droguetti Lanza - Coordenador CDS Sul

Deu boa tarde a todos os presentes, e disse que gostaria de realizar uma apresentação a respeito da obra da UPA Sul para a Plenária. Contou que houve uma promessa de obra para a reforma da UPA Sul já discutida há alguns anos, mas no final do ano anterior, em 2022, a situação se agravou com o Ministério Público também exigindo solução para o problema. Por ser início de temporada todos os envolvidos pactuaram que qualquer decisão ou ação seria tomada após aquela temporada. Porém somente em maio de 2023 foi convocada uma reunião Extraordinária com o Conselho Municipal de Saúde no dia 19 para aprovação do Complexo de Saúde para onde seria transferida a UPA Sul. Disse ainda que traria uma cronologia dos acontecimentos que culminaram no dia 19 de maio, no qual a Secretaria apresentou para aprovação no Conselho a transferência da UPA Sul para o Complexo Hospitalar. Narrou que alguns conselheiros tomaram conhecimento de que Vereadores foram fiscalizar a obra do Complexo, que não é diretamente feita pela Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF, mas tem cunho de locação para a Prefeitura, e foram impedidos de ver o andamento da obra. Mostrou no cronograma apresentado a reunião citada do dia 19 de maio, após a reunião do dia 19 foi trazido em Plenária (dia 06/06) o assunto da UPA Sul e se aprovou uma Resolução que pedia a suspensão da construção do Complexo Hospitalar e também o início das obras da UPA como havia sido aprovada nos instrumentos de gestão. Acrescentou que o que foi pedido para o Conselho no dia 19 de maio não foi um pedido de deliberação sobre o assunto, na verdade lhes foi comunicado decisões que já haviam sido tomadas por parte da Secretaria e da Prefeitura. Um contrato com uma empresa chamada Centro Comercial Carianos foi assinado no dia 16 de maio comprometendo o Fundo Municipal de Saúde no valor de 41 milhões e 40 mil para ser pago em 10 anos no valor de 342 mil ao mês. Exibiu o contrato celebrado e leu a lei Federal Nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, a qual estabelece que o Conselho é deliberativo.

LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

§ 2º O Conselho de Saúde, em **caráter permanente e deliberativo**, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na **formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde** na instância correspondente, **inclusive nos aspectos econômicos e financeiros**, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

Centro Comercial Carianos SPE LTDA

- 16/03/23 – Criação da Centro Comercial Carianos SPE LTDA;
- **Proprietários: Filipe Demeterico e João Gomes**
- CNPJ: 49.961.458/0001-04;
- ENDEREÇO: Avenida do Batel, nº 1920 – Conjunto 101; Andar 01 – Condomínio do Batel Office Center, Batel Curitiba / PR CEP 80420-090;
- Capital social: R\$ 10.000,00.

Esclareceu que a PMF abriu no dia 21/03/23 uma Consulta Pública sobre a busca por um espaço, logo após a empresa Zuric Airport se apresentou. Em seguida detalhou as características da Consulta Pública.

Consulta Pública Nº 1/SMLCP/SULIC/2023

- **Características pedidas:** "... imóvel área aproximada de **8.000 m²**; localizado na **região Sul da Ilha de Santa Catarina – Florianópolis/SC**; com acesso por transporte público; ampla área para estacionamento; estrutura física com capacidade de abrigar elétrica e hidráulicamente, arranjos complexos tais como implantação de central de gás medicinal, gerador e outras especificidades vigentes para serviços de saúde (RDC 50 e demais normativas que regulamentam as atividades de saúde) e deve permitir a implantação de portas separadas de entrada para os serviços a serem implantados (**UPA, Policlínica, entre outros**)."

Disse que a Consulta Pública tinha prazo de 5 dias, ou seja, o prédio deveria ser apresentado em 5 dias. A Zuric Airport apresentou a estrutura do Aeroporto Internacional de Florianópolis no dia 27/03/23, um prédio da Concessão Pública conforme contrato com a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. Apresentou o contrato (locação do antigo aeroporto por 55 mil ao mês) assinado pela empresa Centro Comercial Carianos com a Zuric Airport, no dia 12/04/23. Comentou que se tratava de um contrato com vigência de 12/04/2023 a 31/08/2047 (24 anos) e que a fiadora desse mesmo contrato é uma empresa chamada Plena Malls cujo os proprietários e local são os mesmos da Centro Comercial Carianos e possui capital social de apenas 1.000 reais.

2.37 Talita Cristine Rosinski - Subsecretária de Saúde Pública - SMS

Pediu licença para dizer que estão em um Conselho democrático para discutir toda e qualquer pauta que acharem necessário, mas que o assunto deveria estar pautado. Afirmou que a pauta que foi solicitada para a SMS foi: Discutir as obras que estão em execução e com previsão. Disse que o Complexo não foi posto como pauta em nenhum momento, apenas houve algumas reuniões em que a discussão sobre o mesmo foi iniciada. Voltou a dizer que poderiam trazer quantas informações solicitassem, mas que não abordassem o Complexo como pauta no meio da discussão das obras que a SMS está executando para a Atenção Primária e Policlínica como o combinado. Reforçou que gostaria que se registrasse em Ata que não houve solicitação por parte do CMS de informações sobre a obra do Complexo Hospitalar para esta Plenária, e que por isso

não estavam preparados para fazer a discussão naquele nível de detalhamento e trazer as informações que entendem que devem estar transparentes e disponíveis na estrutura do Conselho. Reiterou que para ela, não era a forma adequada de fazer essa discussão, e colocar o Conselho e todas as estruturas necessárias cientes do que estava acontecendo. Acrescentou que podem solicitar uma pauta numa plenária ou uma pauta extraordinária pode ser feita para falar desse tema, possuem ritos para solicitar as pautas e deveriam respeitar o que estava pautado. Mencionou que admira o esforço de Gustavo em trazer a apresentação do tema, no entanto estavam à disposição para fazer da maneira correta.

2.38 Josimari Telino de Lacerda - Universidade Federal de Santa Catarina

Disse se tratar de um assunto muito importante, entende o posicionamento de Talita, mas sua sugestão era que Gustavo continuasse sua apresentação. Ou poderiam encaminhar um pedido de inclusão de pauta ainda nessa reunião e se o Plenário estivesse de acordo, Gustavo poderia continuar sua apresentação ao final e depois decidam os encaminhamentos.

2.39 Humberto João dos Santos - Secretário Adjunto de Saúde - SMS

Declarou que a pautada obras foi solicitada até pela Secretaria para atualizar e responder a demanda e dúvidas de muitos CLS em Plenárias anteriores do Conselho, e que em nenhum momento foi apresentada essa solicitação.

2.40 Gustavo Jubiraci Droguetti Lanza - Coordenador CDS Sul

Disse que até o momento não tiveram acesso ao quadro da obra.

2.41 Humberto João dos Santos - Secretário Adjunto de Saúde - SMS

Perguntou se a solicitação que fizeram foi para apresentarem naquele momento, pois as pessoas que organizaram todo o processo licitatório não estavam presentes, que não sabiam o conteúdo da apresentação de Gustavo, e não havia sido compactuado dessa forma. O que a Gestão iria apresentar era sobre as obras que estavam em execução, de acordo com os pontos levantados na reunião anterior. Acrescentou que o processo licitatório do Complexo não foi posto como pauta dessa reunião e que para os devidos esclarecimentos precisava que os componentes do corpo técnico que participaram desse processo estivessem presentes.

2.42 Albertina Prá da Silva - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO

Afirmou que o Encaminhamento apontado por Josimari tinha prioridade sobre qualquer outra discussão, deveria ser posto em votação para decidirem se continuariam a apresentação e fariam a discussão no final da pauta. Indagou se alguém era contrário que Gustavo continuasse e encaminhassem a discussão no final da pauta.

2.43 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Confirmou que ninguém se opunha e declarou aprovada a proposta de continuação da apresentação.

2.44 Gustavo Jubiraci Droguetti Lanza - Coordenador CDS Sul

Expressou seu desejo de que a discussão fosse o início do diálogo, trazendo as informações para a Plenária tomar ciência. Posteriormente poderiam aprofundar esse diálogo com a Secretaria. Deu continuidade na sua

apresentação dizendo que no dia 17/04/23 foi enviado um orçamento sobre a possibilidade de reforma e ampliação do espaço do antigo aeroporto para a empresa Centro Comercial Carianos, com custo de obra de 27,5 milhões. O contrato foi assinado um mês depois (15/05/23) com a empresa Voss Engenharia.

2.45 Silvia Eloisa Grando Águila -Socióloga - SMS

Para dirimir dúvidas, esclareceu que a Secretaria Executiva do CMS trabalha conforme a dinâmica do Conselho e sua Plenária. Explicou que nesta Plenária todas as apresentações foram recebidas via pen drive ou e-mail no momento em que seus apresentadores iam fazer uso da fala.

2.46 Gustavo Jubiraci Droguetti Lanza - Coordenador CDS Sul

Informou que referente ao custo da obra no contrato assinado dia 15/05/23 não compreende os honorários de administração nem as despesas com o pessoal da estrutura técnica e administrativa da obra. Disse que o valor dos honorários é de 3.226.943,16 e já estão sendo pagos pela empresa Carianos (que possui capital social de 10 mil reais). Pontuou que ainda não tiveram acesso, e tinham intenção de solicitar à Secretaria, anexos do contrato como:

- a) Desenhos dos Projetos;
- b) Especificação Técnica;
- c) Planilha orçamentária discriminativa contendo o Custo Global Inicial da Obra;
- d) Cronograma físico;
- e) Cronograma físico financeiro executivo detalhado;
- f) Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução.

Revelou que dia 15/05/23 foi assinado o contrato da empresa Carianos com a empresa que está realizando a reforma do antigo aeroporto, dia 16/05/23 foi assinado o contrato entre a PMF com a empresa Carianos e dia 19/05/23 receberam todas essas informações na reunião extraordinária do CMS. Discorreu acerca do tipo de contrato entre a PMF e a empresa Carianos, comentando que ele trazia algumas implicações que era necessário estudar para entender mais a respeito.

CONTRATO Nº 393/FMS/2023 que CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA CENTRO COMERCIAL CARIANOS SPE LTDA.

- R\$ 342 mil/mês, por 10 anos
- Built to suit – BTS: Os contratos built to suit são aqueles utilizados pelo setor imobiliário para identificar a locação a longo prazo na qual o imóvel é construído ou adquirido para atender os interesses já pré-determinados do locatário, são os contratos feitos para servir

Disse que o valor total acordado em contrato ao longo dos 10 anos é de 41.040.000. Enunciou que o Complexo Aeroportuário é considerado um bem imóvel público federal, definido como Aeródromo Público Civil, nos termos da Lei nº 7.565/86, que possui características peculiares, em especial a prevalência do

interesse público sobre o interesse privado. Falou que gostariam de entender o porquê do contrato não ser firmado diretamente com a Empresa Zuric. Acrescentou que houve uma inelegibilidade de licitação a partir da lei mencionada anteriormente, falando que foi enviada a competição especial (locação de imóvel com aquelas características de instalação que estavam na consulta pública), expressou o desejo de aprofundar as justificativas da inelegibilidade de licitação. Disse que o primeiro pagamento (desembolso) ocorrerá apenas após os prazos decorridos referente ao prazo de carência da obra de reforma (6 meses) e sua efetiva finalização e aceitação por parte do sub cessionário, conforme disposto na cláusula quinta do contrato. Explicou que já está previsto no Fundo Municipal de Saúde, ou seja, o Fundo Municipal está comprometido com o gasto. Revelou que em razão do modelo de construção ajustada (*built to suit*), se der causa à rescisão contratual ou qualquer modalidade de extinção antecipada do presente contrato, inclusive sob a alegação de interesse público, obriga-se ao pagamento de multa compensatória no valor correspondente às prestações que seriam remanescentes ao contrato, até o seu termo final, além de se sujeitar às demais sanções previstas no contrato e demais cominações legais. Comunicou que o Prefeito convidou os Conselhos do Sul da Cidade para apresentar, após aprovação de resolução, e ao final da apresentação o mesmo disse que não teria como retroceder. Gustavo narrou que foi firmado um contrato antes de comunicar o Conselho, ultrapassando dessa forma a legalidade do poder deliberativo do mesmo e fazendo com que mesmo tendo o interesse público de “voltar atrás” deve ser pago o valor comprometido. Apresentou o comprometimento de 4 milhões de reais para o Contrato, de acordo com o Portal da Transparência. Expressou que segundo a Lei Municipal nº 10167/2016, compete ao Conselho Municipal de Saúde: acompanhar, analisar, aprovar e fiscalizar quaisquer propostas de acordos celebrados pelo município, relativos à área da saúde, dessa forma o Conselho deveria ter sido informado antes da realização do contrato. Mostrou a Resolução Nº. 08/CMS/2023, aprovada na Plenária realizada no dia 06/06/2023, afirmando que não está sendo cumprida. Mencionou que a resolução Nº. 08/CMS/2023 recomenda à Gestão Municipal manter a UPA Sul no local onde se encontra, com viabilização imediata de sua reforma e ampliação, conforme consta nas metas já estabelecidas pelos Instrumentos de Gestão. A resolução Nº. 08 também recomendou a suspensão do processo de construção/organização do complexo médico na área do aeroporto antigo até que a Gestão Municipal apresente estudo que indique a necessidade, viabilidade e custos efetivos daquela estrutura, com detalhamento de todos os itens estruturais, operacionais e orçamentários, para apreciação e análise do Conselho.

2.47 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Gerusa abriu espaço para inscrições de fala.

2.48 Albertina Prá da Silva - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO

Albertina sugeriu que dessem continuidade na pauta e que ao final discutissem os encaminhamentos referentes ao que foi apresentado.

2.49 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Declarou encerrada a pauta de número 2 (Apresentação da situação atual das obras (reforma, construção e licença ambiental). Informou que passariam para o ponto de pauta 3: Apresentação dos valores pagos aos profissionais da gestão nos últimos 3 anos e também da Atenção Primária em Saúde por categoria.

2.50 Talita Cristine Rosinski - Subsecretária de Saúde Pública - SMS

Perguntou se a pauta anterior foi finalizada.

2.51 Albertina Prá da Silva - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO

Explicou que a pauta anterior não tinha sido finalizada, colocaram em votação que Gustavo terminasse sua apresentação, mas a discussão ficasse para o final da pauta.

2.52 Talita Cristine Rosinski - Subsecretária de Saúde Pública - SMS

Talita argumentou que mediante a ruptura do que os técnicos da SMS compreendem como pauta, por não estarem totalmente providos de informações, acolheriam as demandas e responderiam conforme sua capacidade naquele momento, que seria limitada pois não possuíam condições de oferecer um parecer já que levaram à Plenária outra necessidade. Ressaltou ainda que haviam Órgãos de Controle avaliando a questão do Complexo como o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado. Disse também que os Vereadores receberam material sobre este processo. Reafirma sua sugestão de irem à pauta seguinte.

2.53 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Após concordância dos presentes, encerrou o tema anterior e abriu as inscrições para a pauta seguinte.

2.54 Lisia Maria Barth - CDS Norte

Questionou o porquê os vereadores não conseguiram entrar nas obras, se supostamente tinham acesso a elas. Também perguntou o porquê de não ser respeitado o que foi demandado na Conferência de Saúde, onde pediram um Hospital no Norte da ilha, onde a população é bem maior que no Sul da ilha. Defendeu que a necessidade era pro Norte da ilha e que isto ficou indicado na Conferência. Reforçou o questionamento do porquê decidiram fazê-lo no Sul da Ilha. Demonstrou insatisfação com esta situação, questionando o que fazer caso a obra no Sul da Ilha não dê certo.

2.55 Albertina Prá da Silva - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO

Disse que referente ao contrato, tomou conhecimento dele através do site da transparência e não entendeu algumas questões e encaminhamentos, mas que lhe chamou atenção o projeto e a rapidez com que tudo foi feito. Que depois de conseguir acesso ao contrato se questionou como uma empresa recém-formada assumiu junto a outra que se apresentou em chamada pública. Albertina argumentou que lhe pareceu confuso. Questionou também acerca dos processos das obras. Explicou que a empresa VOSS

irá fazer a reforma, mas que esta tem de ser de acordo com o que a Secretaria precisa. Protestou que gostaria de saber quem é o responsável por esta aprovação e quem é o fiscal deste contrato 393. Defendeu que os pontos trazidos por Gustavo não podem ser encerrados. Afirmou também que o Conselho deliberou sobre uma Resolução para suspender o processo para que detalhasse estas questões para melhorar a discussão pelos conselheiros e comunidade da ilha, que inclusive está fazendo várias intervenções contra a transferência da UPA, mas nada foi feito. Disse ainda que não ficou claro o que vai ser feito ou para onde irá a Policlínica no desenho apresentado do Complexo. Reforçou ter ouvido estes questionamentos da população residente no Sul. Albertina defendeu que há muito a ser repassado para os conselheiros, pois o papel deles é justamente de cumprimento da defesa da saúde e portanto, as políticas de saúde do município e suas alterações devem ser levadas ao Conselho para discussão. Declarou que foi um desrespeito com todos os conselheiros esta privação de informações. Relembrou que estavam todos na Conferência empenhados e discutindo acerca da Saúde e ficou entendido que paralelo a isso, a Secretaria se organizava em prol de outras questões que sequer atendiam a demanda apresentada nos espaços de Conferência, distritais, livres e municipal. Reforçou ter se sentido enganada.

2.56 Sulimar Vargas Alves - Sindicato dos Empregados em Edifícios e em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de Florianópolis / SC

Contou que em 19 de Junho houve a plenária extraordinária (216°) onde foi discutido pela primeira vez acerca da UPA Sul, mas que no dia 15 de Junho o contrato já havia sido assinado. Que portanto, além do desrespeitoso, haveria algo ilegal por trás deste processo. Defendeu que os dados que pediram naquela plenária (220°), haviam sido solicitados desde a plenária de Junho, onde surgiu o pedido de suspensão ao projeto que resultou na Resolução, logo, não haveria contradição no que estaria sendo questionado e solicitado na apresentação de Gustavo. Disse ainda que o que a Resolução do Conselho indica que as informações precisam sempre passar pelo Conselho, cujo papel é deliberar. Sulimar disse ainda que se vai haver omissão, então que façam outra Resolução dissolvendo o Conselho e sua existência, para que a Secretaria e a Prefeitura hajam segundo o que querem e acham certo para a população. Argumentou também que ficasse claro que o protesto ali não era em oposição a novos hospitais, desde que estes fossem bem planejados e feitos de forma transparente para que o Conselho pudesse aprovar o projeto com a consciência limpa e sem se sentirem enganados, que era como estavam se sentindo. Defendeu ainda que sendo uma plenária do Conselho Municipal de Saúde, se há alguma pauta que os interesse, que devem ter liberdade para discuti-la e a Secretaria, por sua vez, deve estar pronta para escutar. Afirmou que aquela situação só estava acontecendo porque o Conselho foi desrespeitado e desautorizado. Que mediante a estas situações, onde precisam saber através da imprensa o que está sendo feito com o dinheiro do Fundo Municipal de Saúde, então a questão se torna alarmante. Sugere então, que se faça Plenária com a imprensa, técnicos e responsáveis pela Secretaria de Saúde, pois este assunto tem que continuar. Disse que o Conselho é responsável criminalmente pelo que acontece dentro da Secretaria e se não fosse isso, não haveria o porquê da Plenária Extraordinária para comunicar esta situação, ao qual nem sabiam que estava acontecendo e no entanto, ficou bem claro que já estava tudo pronto e encaminhado.

2.57 Josimari Telino de Lacerda - Universidade Federal de Santa Catarina

Disse que iria seguir o mesmo padrão de fala, ainda que não houvesse muito mais a acrescentar. Lamentou a ausência da Secretária de Saúde na reunião, mas indicou que estavam presentes Secretário Adjunto (Humberto Araújo), Subsecretaria da Atenção Primária (Talita Rosinski), e Subsecretária de Gestão e Operações em Saúde (Luana Rios Weber) Shayane Damazio dos Santos - Diretora de Gestão Administrativo Financeiro e o Gerente de Orçamento da SMS (Luciano). Defendeu que ficou claro em reunião que houve uma sequência de perguntas que não foram respondidas e omissão/ausência de informações acerca do projeto. Portanto, que considerava que a Secretaria estava despreparada e que gostaria que em questões de recursos, estivesse mais composta. Argumentou que iria sugerir um encaminhamento que atendia ao desrespeito a duas leis que estariam sendo descumpridas pela Prefeitura/SMS, a Lei Federal 8.142 que define a atribuição do Conselho e a Lei Municipal do nosso Conselho. Sugere como encaminhamento uma denúncia ao Ministério Público diante do descumprimento, desrespeito e atropelamento do Conselho Municipal de Saúde no seu caráter deliberativo nesta questão do Complexo Hospitalar. A título de informação acrescenta que não há possibilidade de uma Resolução sobre dissolução do Conselho, por este estar implícito na Legislação do Sistema Único de Saúde.

2.58 Afonso José Christ - CLS Tapera

Começou defendendo que não tinha nada em oposição aos trabalhadores da Prefeitura, que entende que estão à disposição de seus empregos, mas enquanto usuário e representante do CLS Tapera, não entende o

porquê da alocação da UPA considerando já possuírem um local centralizado, que funciona ativamente com toda a sua estrutura ao redor e possui uma logística adequada em saúde. Alega não ter nada contra a abertura de outro Hospital mas não há por que fechar um serviço para abrir outro. Defendeu que esta é a linguagem dos moradores residentes do Sul da ilha. Elucida ainda que terão reunião no dia posterior à Plenária, e convida a quem quiser participar para saber as demandas relacionadas a UPA Sul. Relembrou ainda que a própria Secretária, afirmou que não seria transferida a UPA daquele local e que estranhou quando viu os contratos que o Gustavo apresentou nesta Plenária. Confirmou que reformas urgentes precisam ser feitas na UPA Sul, mas que a estrutura que possuem deve ser mantida e não há sentido em realocá-la num local privado. Finalizou afirmando que fala como usuário e representante do CLS, e fez um apelo de que como conselheiros, devem pensar no povo e para o povo.

2.59 Patrícia Barreto - SINDSAÚDE

Expressou concordância com as falas anteriores, pois também se sentiu desrespeitada. Mencionou já ter sido exposto em reunião que a gestão da UPA Sul não estaria definida e quando foi informado, não havia explicitado que o projeto já estaria encaminhado sem a concordância do Conselho. Reforçou o desrespeito ao Conselho e declarou anuência em levar o encaminhamento para o Ministério Público. Acrescentou ainda que diante daquela situação, seria preciso colocar em segundo plano situações já urgentes na área da saúde, que foram atropeladas por este projeto do Complexo já estar sendo encaminhado com falta de transparência ao Conselho. Acrescentou ainda sua opinião de que a plenária do conselho é soberana e autônoma para mudar as pautas que não estão sendo apresentadas no Conselho.

2.60 Paulo Roberto Rebeschini- CLS Campeche

Contou ter realizado algumas reuniões com a Secretaria de Saúde com a presença da Secretária, onde foram muito bem recebidos e encaminhadas as pautas e demandas locais do posto de saúde. Que isso precisava ser reconhecido. Com relação à UPA e ao Complexo, afirmou que sempre tem discutido as informações com o Conselho Distrital e Local e, enquanto parte do CLS, concorda e apóia o que foi apresentado por Gustavo. Destacou ainda a defesa da proposta e do movimento UPA Sul fica. Defendeu que esta é a luta deles enquanto CLS Campeche.

2.61 Talita Cristine Rosinski - Subsecretária de Saúde Pública - SMS

Se contrapôs ao que foi falado e pediu que seja registrado em Ata que todo o processo de contratação relacionado ao Complexo já está sob avaliação do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, que segundo ela, são Órgãos de Controle fortes e competentes o suficiente para julgar e dar parecer acerca das ações públicas. Acrescentou ainda que a Secretaria do Estado e do Município tem trabalhado para melhorar os serviços de Saúde e está bastante tranquila com este processo fornecendo os dados e as informações aos procuradores mas que se for necessário irem novamente ao Ministério para falar sobre as posições em relação ao Conselho, que estão à disposição.

2.62 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Pede mais detalhes para Josimari acerca de sua proposição de encaminhamento.

2.63 Josimari Telino de Lacerda - Universidade Federal de Santa Catarina

Esclareceu que se trata de um encaminhamento em resposta ao descumprimento das leis Municipal e Federal dentro do episódio. Que, portanto, deve ser feito um relato cronológico do ocorrido com a denúncia e da inquietação acerca de todo o processo.

2.64 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Pede que a Vice presidente Albertina que está coordenando a reunião com ela, coloque em votação o encaminhamento feito pela Josi. Destacou que só podem votar os conselheiros titulares e os suplentes somente nos casos em que os titulares não estejam.

2.65 Albertina Prá da Silva – Vice presidente do CMS

Coloca em aprovação o encaminhamento de denunciar ao Ministério Público o descumprimento das Leis supracitadas em relação ao Complexo. Foram contabilizados 12 votos favoráveis e 1 abstenção.

3º Apresentação dos valores pagos aos funcionários da Gestão nos últimos 3 anos e da APS por categoria;

3.1 Luciano Fernando Elias - Assessor de Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - SMS

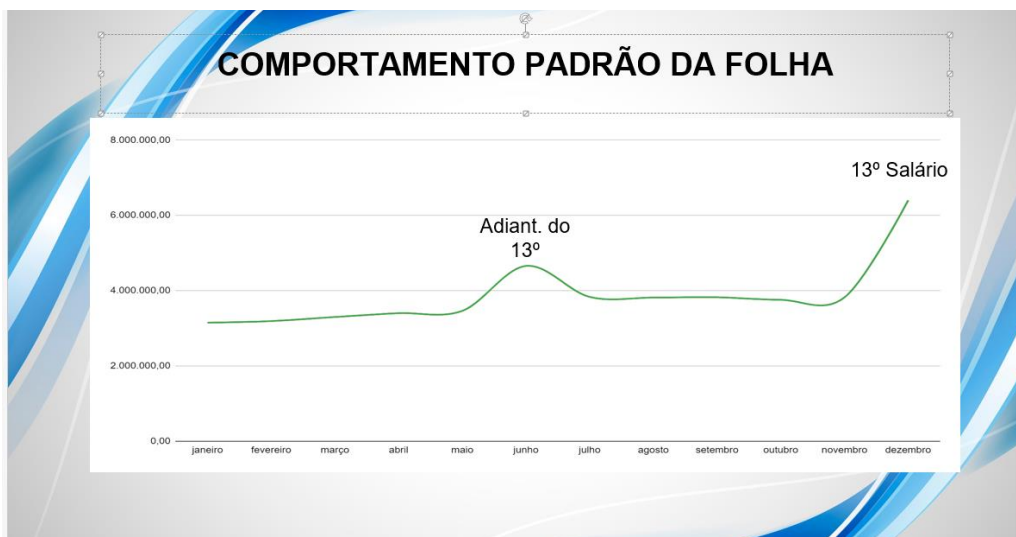
Cumprimentou a todos e contextualizou que aquela apresentação era referente a uma solicitação da conselheira Josimari, que identificou que havia um acréscimo nas despesas de folha de pagamento da Gestão e solicitou mais informações para entender o porquê.

3.2 Josimari Telino de Lacerda - Universidade Federal de Santa Catarina

Comunicou que faria uma correção na fala de Luciano, que não identificou acréscimo, mas sim uma distribuição que a deixou inquieta e a fez querer saber sobre as alterações destes valores. Os valores eram referentes a uma apresentação que Luciano mostrou onde ele colocava recursos de RH na Atenção Primária, Atenção Especializada e na Gestão.

3.3 Luciano Fernando Elias - Assessor de Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - SMS

Confirmou que sua fala era referente ao que Josimari havia explicado e continuou com sua apresentação. Iniciou dizendo que o comportamento padrão de uma folha era o apresentado no slide abaixo, com distribuição de valores mensais no período de um ano. Disse ser um valor que vai subindo de forma linear com dois acréscimos: um que se dá na metade do ano que é especificamente referente ao 13º salário, e um em dezembro que é a segunda parcela do 13º acrescido a $\frac{1}{3}$ (um terço) das férias. Ou seja, o que acontece é que na metade do ano há um acréscimo de folha correspondente a primeira parcela do 13º salário, que inclui somente o vencimento e não os encargos, e no final do ano os outros dois terços, um referente a outra metade do vencimento do 13º mais os encargos. Disse ainda que costumeiramente o pessoal tende a pegar férias em janeiro, logo, ainda em dezembro é pago um terço das férias que seriam usadas no mês seguinte.



Explicou também que ao longo do exercício existem algumas situações que geram distúrbios neste padrão como parcelamento do acréscimo salarial e pagamentos ocorrentes em datas diferentes do mês de competência, ou seja, algumas vezes acabam antecipando um pagamento em 2-3 dias e este pagamento acaba se somando ao mês anterior, o que acaba resultando numa deformidade no gráfico de folha. Luciano seguiu para uma análise da média mensal dos valores em folha pagos por unidades orçamentárias. Explicou que a folha é dividida em 4 unidades orçamentárias separadas em atenção especializada, atenção básica, vigilância e gestão separadas por anos de 2020 até 2023. Luciano destacou ainda que no ano de 2023 ainda se trata de uma projeção porque não concluíram o exercício de 2023. Explicou também que de 2020 para 2021 houve um acréscimo em todas as unidades, mas que na gestão especificamente este acréscimo foi um pouco maior do que nas outras unidades. Elucidou que este indicativo foi o que chamou atenção e fez levar essa pauta à reunião. De 2021 a 2022 houve novamente um acréscimo e de 2022 para 2023 também.

MÉDIA MENSAL DA FOLHA DE PAGAMENTO								
	2020	2021	Acréscimo %	2022	Acréscimo %	2023	Acréscimo %	DIFERENÇA (2023 - 2020)
At. Especializada	5.953.266,23	6.586.411,69	10,64%	7.071.193,71	7,36%	7.950.150,71	12,43%	1.996.884,49
At. Básica	10.821.922,27	12.690.291,05	17,26%	14.141.215,03	11,43%	15.029.400,97	6,28%	4.207.478,70
Vigilância	3.072.787,18	3.337.631,05	8,62%	3.480.576,66	4,28%	3.113.943,99	-10,53%	530.114,28
Gestão	2.464.390,70	3.036.996,41	23,24%	3.883.130,86	27,86%	5.074.558,16	30,68%	2.610.167,46

Luciano expôs que isto se deve a uma análise primeiramente considerando os cargos em questão, e depois uma análise quantitativa. Trouxe uma relação de todos os cargos de todos os setores que compõem os cargos da Gestão, que compõem a sede do Fundo Municipal de saúde em 2020 até 2021, lembrando que entre isso houve uma reforma administrativa. Explicou que houve um aumento no número de cargos, que haviam 130 e foram acrescidos 11 cargos, somando 141. Em seguida, trouxe os mesmos dados, mas incluindo os valores dos salários mensais dos cargos em questão. Explicou também que os valores são a somatória de todos os cargos de mesma função juntos, então o impacto mensal foi de aproximadamente cerca de 70 mil reais a mais, que foram devido a estes cargos.

QUANTITATIVO DE CARGOS E FUNÇÕES

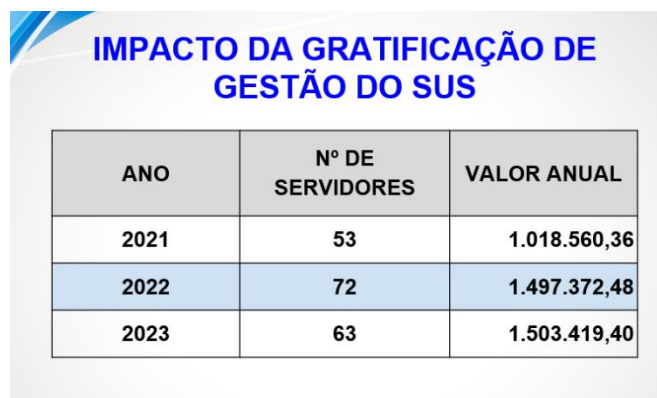
Rótulos de Linha	ANTERIOR	ATUAL		
ASSESSOR EM SAUDE	13	11	GER DE VIGILANC EM SAUDE AMBIENTAL	1
ASSESSOR JURIDICO	1	1	GER DO CENTRO DE CONTR DE ZOOZOSES	1
ASSESSOR TECNICO	2		GER PLANEJ ESTRATEGICO E REGULACAO	1
AUXILIAR TECNICO		1	GER SISTEM APOIO ADMIN E FINANCEIRO	1
CHEFE DE DEPARTAMENTO	25	25	GER VIGILANCIA EM SAUDE AMBIENTAL	1
CHEFE DE DIVISAO	5	15	GEREN DE INTELIGENCIA E INFORMACAO	1
COOR UNID LOCAL DE SAUDE MED PORTE		2	GEREN DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	1
COOR UNID LOCAL DE SAUDE(GDE PORTE)		10	GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	1
COOR UNID LOCAL DE SAUDE(MED PORTE)		23	GERENTE DE ANALISES E PROCESSOS	1
COOR UNID LOCAL DE SAUDE(PEQ PORTE)		25	GERENTE DE ATENCAO ESPECIALIZADA	1
COORDENAD DE UNIDADE LOCAL DE SAUDE	60		GERENTE DE ATENCAO PRIMARIA	1
COORDENADOR DE GABINETE		1	GERENTE DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	1
DIR ATEN PRIM URGENCIA E EMERGENCIA		1	GERENTE DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	1
DIR DE GESTAO ADMINIST E FINANCEIRA		1	GERENTE DE CONTROLE E AVALIACAO	1
DIR REGULACAO E ATEN ESPECIALIZADA		1	GERENTE DE INTEGRACAO ASSISTENCIAL	1
DIR VIGIL EPIDEM SANIT E AMBIENTAL		1	GERENTE DE POLICLINICAS	1
DIRETOR DE ATENCAO A SAUDE	1		GERENTE DE REGULACAO	1
DIRETOR DE INTELIGENCIA EM SAUDE	1	1	GERENTE DE URGENCIA E EMERGENCIA	1
DIRETOR DE VIGILANCIA EM SAUDE	1		GERENTE DE VIGILANCIA SANITARIA	1
DIRETOR DO BEM-ESTAR ANIMAL	1	1	GERENTE DO BEM-ESTAR ANIMAL	1
GER CENTRO DE CONTROLE DE ZOOZOSES		1	RESPONS CONTABIL DE UNIDADE GESTORA	1
GER DE VIGILANC EM SAUDE AMBIENTAL	1		SECRETARIO ADJUNTO	1
GER DO CENTRO DE CONTR DE ZOOZOSES	1		SECRETARIO DO SECRETARIO	1
			SECRETARIO MUNICIPAL	1
			SUBSEC GESTAO E OPERACOES DE SAUDE	1
			SUBSECRETARIO DE SAUDE PUBLICA	1
			SUPERVISOR DE CAMPO	4
			Total Geral	130
				141

ANÁLISE DE IMPACTO DA REFORMA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO FMS - VALORES DE CARGOS E FUNÇÕES

Rótulos de Linha	ANTERIOR	ATUAL			
ASSESSOR EM SAUDE	R\$ 32.230,90	R\$ 24.785,09	GER DO CENTRO DE CONTR DE ZOOZOSES	R\$ 4.224,73	
ASSESSOR JURIDICO	R\$ 6.009,43	R\$ 5.632,97	GER PLANEJ ESTRATEGICO E REGULACAO	R\$ 4.224,73	R\$ 4.224,73
ASSESSOR TECNICO	R\$ 11.265,94		GER SISTEM APOIO ADMIN E FINANCEIRO	R\$ 4.224,73	
AUXILIAR TECNICO		R\$ 3.520,61	GER VIGILANCIA EM SAUDE AMBIENTAL		R\$ 4.224,73
CHEFE DE DEPARTAMENTO	R\$ 45.767,75	R\$ 47.598,46	GEREN DE INTELIGENCIA E INFORMACAO	R\$ 4.224,73	R\$ 4.224,73
CHEFE DE DIVISAO	R\$ 5.632,95	R\$ 16.898,85	GEREN DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	R\$ 4.224,73	R\$ 4.224,73
COOR UNID LOCAL DE SAUDE MED PORTE		R\$ 4.506,38	GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO		R\$ 4.224,73
COOR UNID LOCAL DE SAUDE(GDE PORTE)		R\$ 25.348,30	GERENTE DE ANALISES E PROCESSOS	R\$ 4.224,73	R\$ 4.224,73
COOR UNID LOCAL DE SAUDE(MED PORTE)		R\$ 51.823,37	GERENTE DE ATENCAO ESPECIALIZADA	R\$ 4.224,73	
COOR UNID LOCAL DE SAUDE(PEQ PORTE)		R\$ 49.288,50	GERENTE DE ATENCAO PRIMARIA		R\$ 4.224,73
COORDENAD DE UNIDADE LOCAL DE SAUDE	R\$ 108.184,80		GERENTE DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	R\$ 4.224,73	
COORDENADOR DE GABINETE		R\$ 3.379,78	GERENTE DE ATENCAO PSICOSSOCIAL		R\$ 4.224,73
DIR ATEN PRIM URGENCIA E EMERGENCIA		R\$ 7.041,22	GERENTE DE CONTROLE E AVALIACAO	R\$ 4.224,73	R\$ 4.224,73
DIR DE GESTAO ADMINIST E FINANCEIRA		R\$ 7.041,22	GERENTE DE INTEGRACAO ASSISTENCIAL	R\$ 4.224,73	R\$ 4.224,73
DIR REGULACAO E ATEN ESPECIALIZADA		R\$ 7.041,22	GERENTE DE POLICLINICAS		R\$ 4.224,73
DIR VIGIL EPIDEM SANIT E AMBIENTAL		R\$ 7.041,22	GERENTE DE REGULACAO		R\$ 4.224,73
DIRETOR DE ATENCAO A SAUDE	R\$ 7.041,22		GERENTE DE URGENCIA E EMERGENCIA		R\$ 4.224,73
DIRETOR DE INTELIGENCIA EM SAUDE	R\$ 7.041,22	R\$ 7.041,22	GERENTE DE VIGILANCIA SANITARIA	R\$ 4.224,73	
DIRETOR DE VIGILANCIA EM SAUDE	R\$ 7.041,22		GERENTE DO BEM-ESTAR ANIMAL	R\$ 4.224,73	R\$ 4.224,73
DIRETOR DO BEM-ESTAR ANIMAL	R\$ 7.041,22	R\$ 7.041,22	RESPONS CONTABIL DE UNIDADE GESTORA	R\$ 1.388,05	
GER CENTRO DE CONTROLE DE ZOOZOSES		R\$ 4.224,73	SECRETARIO ADJUNTO	R\$ 14.277,12	R\$ 14.277,12
GER DE VIGILANC EM SAUDE AMBIENTAL	R\$ 4.224,73		SECRETARIO DO SECRETARIO	R\$ 3.627,98	R\$ 3.520,61
			SECRETARIO MUNICIPAL	R\$ 22.807,55	R\$ 22.807,55
			SUBSEC GESTAO E OPERACOES DE SAUDE		R\$ 13.378,31
			SUBSECRETARIO DE SAUDE PUBLICA		R\$ 13.378,31
			SUPERVISOR DE CAMPO	R\$ 5.552,20	
			Total Geral	R\$ 335.606,31	R\$ 405.762,48

Afirmou também que outro ponto que contribuiu para esta diferença, que é inclusive o ponto principal foi que em relação à gratificação de Gestão do Sistema Único de Saúde - SUS, que é referente a lei 358 de 2009 que foi regulamentada em alguns pontos e trata da gratificação sobreaviso, hora plantão, gratificação de especialidade médico odontológica e a gratificação de Gestão de SUS. Luciano disse que os três últimos foram regulamentados a bastante tempo, mas o de Gestão foi regulamentada por um decreto somente em 2021, então acabou impactando só em 2021, 2022 e 2023. Apresentou estes dados com os impactos. Explicou que estes acréscimos de 23%, 27% e possíveis (2023 incompleto) 30% se dão basicamente por estas duas ações: a reforma administrativa e o pagamento da gratificação de gestão do SUS. Citou como outro problema que na Ata de julho, o qual foi solicitada esta demanda, não havia solicitação por categoria destes valores, estava por servidores efetivos e comissionados. Que dessa forma, entram por categorias e o vínculo por categoria não é acessível direto com o RH da SMS, a folha de pagamento é elaborada e calculada pela Secretaria de Administração, então algumas informações a SMS

possui, mas outras somente a Secretaria de Administração tem, e a SMS depende dela. É o caso destes valores. Disse ainda que estas informações levadas por ele já haviam sido apresentadas de forma pouco menos detalhada em reunião da CAOF ao qual Albertina esteve presente e ele sugeriu que fosse montado um grupo de estudos para sanar o máximo de dúvidas que pudesse ter sido gerado nesta divergência das folhas da gestão. Afirmou conseguirem observar que nas outras unidades orçamentárias eles mantêm um certo padrão e que não houve divergências tão expressivas quanto na gestão. Afirmou que esperava que a apresentação tivesse trago informações suficientes para sanar todas as dúvidas, mas que por ser um assunto que gera bastante confusão, ele fez a sugestão do grupo de estudo.



IMPACTO DA GRATIFICAÇÃO DE GESTÃO DO SUS

ANO	Nº DE SERVIDORES	VALOR ANUAL
2021	53	1.018.560,36
2022	72	1.497.372,48
2023	63	1.503.419,40

3.4 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Agradeceu a apresentação de Luciano e perguntou se alguém gostaria de fazer alguma consideração.

3.5 Josimari Telino de Lacerda -Universidade Federal de Santa Catarina

Apreciou a sugestão de Luciano do grupo de estudos e definiu a CAOF como uma Comissão que merece mais valorização e atenção dos Conselheiros e sugere que alguns conselheiros possam se integrar e apurar mais em suas questões, pois esses relatórios possuem muitos elementos de importância para eles. Usou como exemplo a pauta anterior, sobre a UPA Sul, que poderiam ter tido melhor estas informações, mas que são poucos fazendo muitas coisas e algumas coisas se perdem. Agradeceu a Luciano e informou que ainda faltavam algumas informações que ela solicitou. Lembrou que solicitava as mesmas informações há três plenárias, e que no momento não se lembrava de todas as questões. Continuou dizendo que revisitou todos os elementos que solicitou em três plenárias de 2020 a 2023 da 105 de acréscimo, que corresponde a um terço do recurso do governo concentrado na Gestão e cabe ao Conselho acompanhar, mesmo que tenha sido investido numa reestruturação da Gestão. É importante acompanhar, pois é um valor significativo do montante geral, que é 33% do que se paga de recursos humanos na Atenção Básica que tem um monte de gente importante e que dá assistência plena a Secretaria. Que cabe aos conselheiros acompanhar e pedir as justificativas destes processos

3.6 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Agradeceu e passou para o próximo ponto de pauta.

4º Centro de convivência e cultura Arco-Íris

4.1 Luciane Marques Raupp - Instituto Arco-Íris

Se apresentou, disse ser da diretoria do Instituto Arco-Íris e coordenadora trabalhando no Centro de Convivência de Cultura. Afirmou que o Centro de Convivência não teve seu funcionamento como planejado no ano de 2023. Por isso se sentem na obrigação de explicar ao Conselho o porquê estão na situação atual. Falou da importância do Instituto Arco Íris que existe desde 2007, enquanto o Centro existe desde 2015 como um dispositivo da Reforma Psiquiátrica do cuidado em liberdade, então atendem pessoas variadas com altos graus de vulnerabilidade que muitas vezes só tem eles como suporte. Afirmou também que em 2022 retomaram o Centro de Convivência sob sugestão da Gestão de que atuassem de uma forma descentralizada, por estarem com questões estruturais na sede por ter ficado tanto tempo fechados durante a pandemia. Contou que houve reforma e em 2022 ela começou a coordenar o projeto e criaram a economia solidária e a de cuidado em liberdade para toda ilha. Apresentou nos slides algumas dessas ações e pontuou as dificuldades de execução, devido ao orçamento muito baixo, ressaltando que para a vida das pessoas o Centro é muito importante. Disse estarem trabalhando voluntariamente com estagiários e psicóloga. Fecharam em julho porque era férias dos estagiários e marcaram em agosto para ter uma reunião com a equipe mas quando chegaram na sede lá já tinha 3 pessoas com esquizofrenia aguardando há 1 mês por um atendimento, que já tiveram que começar a convivência imediatamente. Disse ainda que possivelmente haverá um aumento de demanda reprimida no ano de 2023 pois o Arco-Íris fica no Centro da Cidade e também recebe pessoas em sofrimento profundo encaminhadas pela Atenção Básica, quando estas não possuem sintomas de CAPS. Declarou ter muito orgulho deste trabalho e de todas as ações que eles têm fomentado. Contou que possui estagiários da Unisul de psicologia trabalhando voluntariamente assim como voluntários da UFSC, ela coordena, 9 pessoas estagiando e o projeto nunca era aprovado pela SMS. Disse que estão trabalhando de graça e pagando lanche do próprio bolso. Que pensaram em todo o planejamento e tiveram várias reuniões com a Gestão para ajustar o orçamento, que o orçamento até em 2022 era de 114.000 reais para um serviço anual de portas abertas. Informou que as pessoas usam o Arco-Íris para comer, tomar banho e etc. Mostrou também o cronograma de atividades. Disse que em 2022 estavam com as oficinas descentralizadas, mais as oficinas nas sedes, então eram muitas e tiveram que ser de alguma forma fundidas. Que inclusive precisou ir ao Monte Serrat retirar os materiais de uma oficina de geração de renda que tinha cerca de 30 mulheres participando. Contou que precisam renovar o contrato deste ano, o que acontece anualmente e inclusive já havia levantado a possibilidade de aumentar este prazo para dois anos, pois dividindo dessa forma acaba trazendo uma descontinuidade severa para o projeto e o público. Apontou também que há necessidade de discutir este orçamento, que ganhava 2.200,00 reais para coordenar estas nove pessoas, além de lidar com pessoas em situações mentais graves, o que gera um peso emocional para quem realiza o trabalho. Em março disseram que foi aprovado internamente, mas a Secretaria estava com vários processos novos e nova Gestão e isso foi dito numa conversa informal. Então a equipe do Instituto continuou trabalhando, pois haveria depois pagamento retroativo. Trabalharam março e abril divulgando e resgatando as pessoas que estavam fora das oficinas. Em abril ela questionou a Gestão da SMS sobre o dinheiro para pagar a equipe e ouviu em resposta que tinha sido uma decisão deles enquanto Arco-Íris continuar o projeto e a Gestão não tinha nada a ver com isso, que não tinha nenhum termo de compromisso assinado que assegurava o pagamento. Acrescentou que agiu com inocência, mas que acreditou. Pararam em abril devido à falta de pagamentos e pagaram do bolso deles o salário para as pessoas. Mostrou uma linha do tempo onde janeiro e fevereiro estavam organizando o projeto. Em março

começaram os trabalhos e falaram com a Gestão técnica da SMS. Tinham prestações de contas que atrasaram os processos e providenciaram as entregas.

4.2 Luciane Marques Raupp - Instituto Arco-Íris

Disse que em março o Instituto conseguiu fazer a prestação de contas que deviam. Comentou que atrasa um pouco e não pode fazer a prestação de contas antes de fechar, apenas depois. Falou que quando entregam as informações eles sabem que precisam de todas as prestações de contas e projetos do Instituto Arco-Íris para enviarem. Também informou que tem o Projeto de Emenda Parlamentar que foi enviado com atraso, dia 09 de abril de 2023, mas foi liberado do Bússola em março e colocaram fotos e registraram tudo que estavam trabalhando. Comunicou que sentiam que estavam “andando com o carro trocando a roda em movimento”, pois pediram a nova documentação, para ajustar algumas coisas, tinham a prestação de contas para elaborar e também eram indagados sobre a caixa de som que foi roubada em 2021 e não houve Boletim de Ocorrência, mas que já havia sido explicado sobre. Também era solicitado o novo relatório do Centro de Convivência, igualmente enviado. Acrescentou que até a presente data, nada aconteceu e a última vez que tentou contato com a Secretaria, no dia 08 de agosto de 2023, não obteve resposta, nem no WhatsApp e nem no e-mail, inclusive copiou para o Conselho Municipal de Saúde com cópia dos 32 encaminhamentos, que mesmo depois de se dizer que o serviço não estava funcionando, segue recebendo da rede, pois eles não têm para onde encaminhar as pessoas que estão melhorando. Usou como exemplo alguém saindo de uma depressão, precisando socializar, realizar alguma atividade para conseguir dar um passo à frente. Sem o Centro de Convivência, elas podem ter o atendimento medicamentoso, porém sem chances de voltar a ter uma vida social. Finalizou dizendo que estão com uma equipe maravilhosa e estão trabalhando apenas nas quintas-feiras a tarde, com uma programação com várias oficinas. Explicou que voltaram a funcionar há duas semanas, muito precariamente e só estão pedindo reconhecimento e que isso veio num momento onde se discute a Lei Federal a importância no Centro de Convivência que o Conselho Nacional de Direitos Humanos recomenda a regulamentação e a implementação dos Centros de Convivência que não foram regulamentados em lei, então fica muito a critério da Gestão Municipal investir ou não nisso. Sabe-se que o Ministério da Saúde está com um grupo de trabalho para discutir Centro de Convivência, ou seja, estão na “retaguarda”, sente que as pessoas estão tentando avançar neste campo e eles continuam paralisados. Indagou que gostaria de entender o porquê, pois chega um momento que parece que a Gestão não quer o serviço. Informou que tem alguns projetos aprovados, anunciou outro projeto com o Governo Federal. Disse que ela e Denilson discutiram muitas vezes sobre se deveriam continuar com o Centro de Convivência junto a SMS pois o Instituto Arco-Íris é sem fins lucrativos, o dinheiro é todo para as atividades desenvolvidas, mas a exigência burocrática é enorme, e muitas vezes é mais fácil trabalhar em outras esferas públicas.



4.3 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Questionou se alguém tinha alguma dúvida ou consideração, para que pudessem fazer a inscrição.

4.4 Talita Cristine Rosinski - Subsecretária de Saúde Pública - SMS

Disse que a parceria com o Arco-Íris é atípica. Informou que no passado se iniciou uma Organização de Sociedade Civil - OSC, e neste ano houve uma mudança na Legislação do Município. Comunicou que no passado não foi aberto um processo licitatório que tivesse dado ampla concorrência para as empresas ou as entidades que tivessem esse perfil para prestar o serviço, logo, foi feita uma parceria e a mesma foi renovada, mas com a mudança de legislação há algumas exigências legais a mais que estão impossibilitando esse processo. Portanto o plano de trabalho está sendo exigido, é uma comprovação mais robusta da real necessidade para que continue essa parceria com o devido processo que não ocorreu. Sobre a prestação de contas, falou que não poderiam lançar esse processo adiante enquanto tivessem prestação de contas pendentes e também não podiam renovar essa parceria, vai para a Procuradoria Geral do Município - PGM devolve com algumas pendências e tem uma condição na Secretaria que está empenhada para sanar todas as pendências que são apontadas pela PGM. Expôs que no dia anterior se reuniram, então sabem desse processo todo moroso, mas teve a mudança de legislação, o qual está dificultando essa situação. Proferiu que todos estão comprometidos em fazer o processo andar, mas que também depende de outros Órgãos. A Secretaria sabe da importância do trabalho que o Instituto Arco-Íris executa, no entanto não podem executar um projeto que ainda não foi aprovado, que não tem um contrato firmado e depende de aprovação de outras esferas.

4.5 Luciane Marques Raupp - Instituto Arco-Íris

Pedi para fazer uma colocação. Disse que estão praticamente em setembro e entendeu que a transparência é importante, mas se todos os processos que a Secretaria está renovando, estão emperrando nesse nível, há uma grande questão a ser pensada, pois se fizermos as contas o dinheiro seria descontado em Novembro, pago em Dezembro e o ano estaria encerrado, inviabilizando qualquer serviço.

4.6 Talita Cristine Rosinski - Subsecretária de Saúde Pública - SMS

Esclareceu que esse processo está sendo moroso para eles justificarem o porquê não foi feito um processo licitatório. Teriam que abrir a concorrência para outras entidades, como estão afirmando essa parceria direta com o Instituto, teriam que justificar a importância da parceria, mas estão trabalhando nesse projeto.

4.7 Denilson Machado - Instituto Arco-Íris

Agradeceu ao espaço que a Secretaria e o Conselho ofereceram para o Instituto pautar esse debate na Plenária. Informou que é um assunto muito delicado, pois ao seu ver, parece que as pessoas que não conhecem o Instituto e o projeto, acham que os mesmos só estão querendo pedir dinheiro. Disse que agora abriu muito espaço para escrever projetos e muita demanda. Acrescentou que na reunião do Instituto alertou a todos sobre estarem se dedicando o ano inteiro para o projeto da SMS, lutando por um projeto de 100 mil reais e nunca conseguirem o que almejam. Expôs que o Arco-Íris tem um projeto com a Secretaria de Assistência Social de 2 milhões por mês, ele sempre renova e a Secretaria tem insistido para continuarem, e querendo que eles assumam o Restaurante Comunitário do Estreito, sempre os oferecendo porque a prestação de contas está ótima, visto que o Instituto tem um trabalho sério. Relatou que o Instituto tem uma Van que roda a cidade 24h por dia, com enfermeiros, motoristas, assistentes sociais e psicólogos. Afirmou que está muito difícil para eles, porque por mais que as pessoas que saem sejam pagas adequadamente, às vezes tem ações na justiça que ainda caem para eles e há uma série de problemas, então é um assunto que está sendo rediscutido. Informou a todos tem que os usuários de Saúde Mental estão batendo nas portas todos os dias e as mesmas se encontram fechadas, com exceção das quintas-feiras quando os dois estagiários, que trabalham de graça abrem as portas, e o mais estranho dessa situação é que as pessoas vem com um papel de encaminhamento do Centro de Atenção Psicossocial -CAPS, e os mesmos continuam encaminhando até mesmo pela falta de comunicação que ocorre entre eles, é uma situação ruim e os mesmos entendem que mudou a burocracia e isso acontece. Afirmou que lamentam pelos usuários de Saúde Mental e entendem que não há muito o que fazer, esperam que talvez nos últimos três meses do ano possam implementar esse projeto. Explicou como é importante para os usuários de Saúde Mental ter um local para ser acolhido, onde possam trabalhar com arte, etc. Disse também que há um projeto feito pela Daniela Schneider, psicóloga, o qual seria o Projeto de Vida, em que sentam com as pessoas e discutem o planejamento de vida delas. Denilson afirmou que saem coisas fantásticas, e que as pessoas faziam filas para comprar os vasos de cerâmica que alguns usuários de Saúde Mental fazem e para eles isso era magnífico, pois ver alguém comprando o trabalho deles fazia a diferença e tinha um resultado enorme na vida de cada um. Noticiou que todas as noites tem cultura e atividades, às tardes são reservadas para esse projeto, citou que o mesmo cresceu muito no ano anterior pois foi o dinheiro que conseguiram com o Deputado Federal Pedro Uczai, ele enviou uma emenda de R\$ 150 mil para a Prefeitura de Florianópolis, e a Prefeitura repassou para o Instituto, portanto foi uma articulação que fizeram, e, por conta disso, conseguiram ter um Upgrade muito grande, fizeram 2 a 3 oficinas por dia, todos os dias, logo o projeto no ano anterior cresceu muito. Disse que infelizmente as coisas mudaram muito e quem sofre são os usuários de Saúde Mental, esperam que continuando com o esforço dos trabalhadores presentes possam resolver pelo menos nos últimos meses, e no ano seguinte esse problema. Destacou também que sempre foram bem recebidos pelos profissionais na Secretaria e nunca houve desrespeito, mas no entanto, já estão há um ano tentando contato com a Secretária e ainda não conseguiram uma resposta.

4.8 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Agradeceu esse retorno de Denilson, pois é um assunto que a Comissão de Saúde Mental já estava acompanhando, inclusive com a Subsecretária. Logo, é importante ter essa devolutiva.

4.9 Josimari Telino de Lacerda - Universidade Federal de Santa Catarina

Perguntou quantos profissionais estão envolvidos nesse projeto.

4.10 Luciane Marques Raupp - Instituto Arco-Íris

Disse que possuem um Educador Social, ela enquanto Coordenadora, uma psicóloga, Administrativo, 9 estagiários, Oficineiros (um por dia). Aproximadamente 20 pessoas no total.

4.11 Josimari Telino de Lacerda - Universidade Federal de Santa Catarina

Informou que fez uma conta, e chegou à conclusão de que o trabalho do Instituto custa R\$136,00 a hora, esse é o custo, o qual é ínfimo, para ter um trabalho descontinuado. Disse que do ponto de vista do Conselho Municipal de Saúde o posicionamento é da importância que esse grupo tem, o alinhamento com as políticas e as diretrizes que aprovaram no plano, aprovaram na programação. Tem uma diretriz que a questão da Saúde Mental é central. Mas entende quando se fala da dificuldade da Gestão com a licitação e as questões de legislação. Questionou quantos grupos em Florianópolis fazem o trabalho com expertise comprovada como o Instituto faz. Foi dito que não havia ninguém. Diante disso, falou que ali já entrava o critério de licença de dispensa de licitação, pois se tem dúvida de se ter ou não, indagou o porquê não foi feito um processo licitatório já nesse processo, pois, se sabe que mudou a legislação, tem que ser feita uma licitação com as especificações de um trabalho qualificado no nível e ver quantos se apresentam e quantos irão se apresentar. Para ela nesse pouco tempo até o final do ano será difícil fazer licitação. Disse que, primeiramente se comprovadamente não existe ninguém no Município com essa expertise é critério de dispensa de licitação, e, segundo, se não há como sustentar isso, e não se tem ainda elementos para dispensa, é preciso pedir uma licitação e resolver o problema. Discorreu que não entendeu o porquê da demora para resolver essa questão de licitação e pediu uma resposta da Gestão.

4.12 Mislaine Edna Pereira - Assessoria de Gestão de Contratos - SMS

Respondeu que está acompanhando o processo do Instituto Arco-Íris, disse que realmente houve uma mudança de lei a partir de março de 2023 e ela exige muito mais documentos de antes. Disse que é uma questão da legislação. Em relação ao Arco-Íris, em junho de 2023 os mesmos foram notificados por conta de um ajuste de prestação de contas. Proferiu que entende a boa vontade deles na execução do serviço, porém a Controladoria Geral do Município - CGM estavam os cobrando, pois estavam dando prazo e não estava cobrando eles quanto a esses prazos, deu o exemplo da caixa de som, a qual o Instituto comprou e falou que foi roubada. Comentou que a Secretaria não conseguiu justificar junto a Controladoria sem esse boletim de ocorrência, logo eles não aceitaram, então foram obrigados a recorrer a prestação de contas e pedir a devolutiva. Explicou que isso não partiu da Secretaria e sim da Controladoria Geral do Município, portanto todos esses entraves pararam o processo de dispensa, e, além disso, a Procuradoria Geral do Município - PGM pediu para a Secretaria realizar outro documento justificando o porquê da escolha do Instituto Arco-Íris, tudo isso impacta no processo. Informou que todos estão com boa vontade de tocar esse processo inclusive tiveram uma reunião e ficou deliberado assentar junto para fazer essa justificativa juntos também e argumentar o máximo possível para conseguir passar esse processo na Procuradoria.

4.13 Luana Rios Weber - Subsecretária de Gestão e Operações de Saúde- SMS

Pedi para complementar as informações apontadas, sobre o processo licitatório disse que foi uma dispensa de chamamento público pela parceria que já existe e exigiu todo esse trâmite, mas já estão estudando para realizar o chamamento público e ver se existe ou não outras entidades para participar, só queriam renovar essa parceria que deu todo esse trabalho. No entanto, já é uma situação que está sendo estudada para lançar o edital de chamamento público.

4.14 Talita Cristine Rosinski - Subsecretária de Saúde Pública - SMS

Disse que a Secretaria não tem dúvida técnica em relação ao benefício da utilização dos Centros de Convivência por cuidado das pessoas que precisam de manejo de Saúde Mental, não há qualquer tipo de intenção de romper a atuação dos Centros de Convivência dentro dos programas e da Atenção de Saúde Mental do Município, pelo contrário, a intenção é expandir essas ações, que são complementares, aos tratamentos dentro da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS e justamente nesse sentido irão realizar esse ano um rito licitatório mais convencional, para que não haja qualquer tipo de dúvida e dificuldade em passar uma dispensa de licitação para frente, principalmente quando ela tem o controle de outras unidades que não só a Secretaria Municipal de Saúde, como no caso que Mislaine explicou das Organizações da Sociedade Civil - OS, todas as parcerias do Município, não só da Saúde, são trabalhadas junto com a Controladoria, no entanto querem melhorar para que esse rito seja mais rápido possível, para no ano de 2023 não haver nenhum tipo de atraso na prestação de serviço.

4.15 Luciane Marques Raupp - Instituto Arco-Íris

Disse que o valor da caixa de som colocada em questão era de R\$200,00 e ela não teve um Boletim de Ocorrência, pois foi furtada quando estava sob os cuidados da ONG Núcleo reabilitação de Vidas - Nurrevi em 2021. A Nurrevi fez um Boletim de Ocorrência mas não deu a cópia para o Instituto, e tampouco eles tem como resgatar. Portanto, é esse tipo de problema que estão colocando em pauta na reunião. Sobre os documentos citados por Mislaine, expôs que eles já haviam enviado uma lista com mais de 20 documentos e foi reenviado, também enviaram o projeto e fizeram a justificativa. Reforçou que já se está em Setembro, se a gestão prioriza Centro de Convivência, é para a população de Saúde Mental que os mesmos têm que informar como é a priorização.

4.16 Lisia Maria Barth - CDS Norte

Questionou se enquanto tudo isso ocorre eles trabalham sem receber.

4.17 Luciane Marques Raupp - Instituto Arco-Íris

Respondeu que sim, e pagam os estagiários com recursos próprios.

4.18 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Indagou se alguém gostaria de fazer mais alguma consideração.

4.19 Gustavo Jubiraci Drogueti Lanza - Coordenador CDS Sul

Disse que foi falado muito sobre a boa vontade, no entanto, em dois meses a gestão aprovou um projeto de 41 milhões de reais e para 150 mil reais com destino ao Projeto do Instituto Arco-Íris não viu essa mesma boa vontade, logo gostaria que realmente fosse feito um encaminhamento para que resolvesse esse

problema até o mês de Setembro, para pelo menos se ter uma decisão do que será feito, prazos e então encaminhar. Colocou como um pedido, pois é um assunto sério.

4.20 Talita Cristine Rosinski - Subsecretária de Saúde Pública - SMS

Disse que o processo está continuando e está na Assessoria Jurídica, e assim que a gestão tiver o Ok Jurídico ele vai para a frente, não há impedimento, mas não podem dar um prazo específico porque não depende apenas da Secretaria, há outros órgãos que é necessário passar, mas eles estão fazendo de tudo para agilizar e finalizar.

4.21 Luciane Marques Raupp - Instituto Arco-Íris

Falou que faz meses que está na Assessoria Jurídica. Sua indagação como moradora da Cidade é sobre o que está acontecendo com a Prefeitura para os processos estarem tão morosos.

4.22 Talita Cristine Rosinski - Subsecretária de Saúde Pública - SMS

Disse que podem oferecer aos Conselheiros o processo e o histórico todo de movimentação do processo do início até a data atual. Informou aos presentes que poderiam sentar com a Mislaine e conferir ponto a ponto todas as pendências que houve, o tempo que dado para as mesmas serem respondidas, quais foram as providências. Relatou que ninguém está feliz com esse resultado, gostaria de deixar claro para todos. Falou que as portas estão abertas para debaterem sobre essa questão, proferiu que o Conselho pode ajudar indo à outras Unidades da rede que possam estar com mais morosidade.

4.23 Gustavo Jubiraci Droguetti Lanza - Coordenador CDS Sul

Agradeceu à Talita pela proposta e aproximação para auxiliar o Instituto Arco-Íris, informou que enquanto Conselheiros assumem a responsabilidade de bater na porta de quem precisar para resolver tal questão da maneira mais rápida possível.

4.24 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Agradeceu a todos por suas respectivas falas e passou para o próximo ponto de pauta.

5º Momento da Secretaria Executiva e Comissões;

5.1 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Apresentou aos presentes o Relatório Final da 11ª Conferência Municipal de Saúde. Convocou Albertina Prá da Silva, Vice-presidente do Conselho, para que faça a entrega para a Talita em nome da Secretaria de Saúde e Presidente do Conselho, Cristina Pires Pauluci um exemplar do Relatório. Acrescentou que este Relatório estará a disposição nos demais canais de comunicação do CMS.

5.2 Josimari Telino de Lacerda - Universidade Federal de Santa Catarina

Sobre a questão da disponibilização dos canais, indagou sobre quais são os canais que estão funcionando, já que quando entra no site do Conselho para analisar a lista de conselheiros, ela se encontra desatualizada. Relatou que já solicitou várias vezes pela atualização desse documento. Expôs que o site do Conselho não está atuando. Comentou com a Secretaria Administrativa e recebeu a resposta de que o site está com

problema de manejo, logo, gostaria de realizar um pedido nessa Plenária, de que o site do Conselho passe a ser operante. Apreciaria se a Secretaria priorizasse o espaço do Conselho como um espaço de atuação da sociedade e que o site fosse o principal interlocutor.

5.3 Albertina Prá da Silva - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO

Informou aos Conselheiros e Conferencistas a importância de acompanhar o Relatório Final, pois irá vir o Plano de Saúde e a partir dele a Programação Anual de Saúde - PAS, portanto é de muita importância acompanhá-lo diariamente, pois as propostas que foram construídas por meses são para serem trabalhadas na construção da política de Saúde. Disse que Josimari trouxe um tema interessante pois na semana anterior já havia comentado com Gerusa sobre a desatualização do site e foi dito que no passado foi comprado porém não possuem o domínio do mesmo. Em vista disso, é preciso entender como está a funcionalidade. Apreciaria se a Gestão verificasse o que está ocorrendo, pois esse produto que foi pago não está acessível para que o Conselho possa manuseá-lo.

5.4 Silvia Eloisa Grando Águila- Socióloga - SMS

Esclareceu que há apenas 30% do site aberto e manuseável. Disse que é uma preocupação que o Conselho tem, pois não há acesso para mexer no site além da publicação de notícias.

5.5 Shayane Damazio dos Santos - Diretora De Gestão Administrativo Financeiro - SMS

Partindo da solicitação de Josimari, comunicou que já realizou o pedido ao setor de tecnologia e quando houver uma resposta irão examinar como melhorar essa questão.

5.6 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Relatou que há algumas habilitações de serviços de saúde, e todas com parecer técnico da Secretaria favorável a elas, portanto o que irão fazer é só acompanhar esse parecer. Lembrou que a Secretária já havia explicado na outra Plenária que são serviços que já estão ocorrendo, mas não estão formalizados, e precisam da aprovação da Secretaria e do Conselho, em vista disso, há 3 habilitações para aprovação. A 1º é: Habilitação formal de 10 leitos da UTI Neonatal tipo 2 para o Hospital Infantil Joana de Gusmão. A 2º: Habilitação Formal de 20 leitos de UTI adulto tipo 2 para o Hospital Florianópolis. E a 3º: Habilitação Formal de Vídeo Cirurgia para o Hospital Florianópolis. Todas foram aprovadas pelos conselheiros presentes. Informou também que o Conselho recebeu um convite para a Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Florianópolis, o qual ocorreu nos dias 30 e 31 de agosto, e estavam solicitando um representante do CMS. Foi decidido que colocariam no grupo de Whatsapp para ver quem poderia representar o CMS.

6º Apresentação de demandas dos Conselhos Locais de Saúde e Conselhos Distritais;

6.1 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Abriu inscrições para os conselheiros fazerem suas colocações.

6.2 Erick Cardoso - CLS Pantanal

Relatou que na última Plenária que ocorreu, no dia 1º de agosto, disse que fez uma apresentação de uma demanda do Conselho Local de Saúde Pantanal em relação aos médicos. Informou que tiraram sua dúvida na Plenária anterior na apresentação em relação a contratação de novos profissionais, mas que no dia seguinte, infelizmente, tiveram a notícia de que o médico que atendia no Centro de Saúde Pantanal não teve o contrato renovado. Ele apresentou a situação, onde havia dito que estavam funcionando com 1-2 médicos normalmente. Mencionou o Doutor Thiago (o qual não teve o contrato renovado), afirmando que o mesmo estava atendendo enquanto uma médica estava de licença de 70 dias e o outro médico havia se aposentado. Portanto o Dr. Thiago Médico de Família contratado temporariamente, estava conseguindo lidar com a demanda dos residentes de medicina, que são 5, estava coordenando uma equipe e conseqüentemente auxiliando outras que estavam sem coordenador, e também cuidando da agenda dos pacientes, a qual é contínua. Acrescentou que houve a solicitação de renovação de contrato, passou pela coordenação da Unidade, foi aceita pela Gerência de Atenção Primária - GAP, mas que infelizmente não teve esse aceite por parte dos Recursos Humanos - RH da Secretaria Municipal de Saúde. Não foi dito o porquê não foi aceito o contrato de renovação. Expôs que a reação imediata do CLS foi entregar um Ofício na Secretaria, mas que não houve resposta, apenas contrataram um Clínico Geral no lugar do Dr. Thiago, que a seu ver não supre a demanda de um Médico de Família e Comunidade, que já tem sua especialização e sobretudo tem um vínculo com a comunidade. Expressou sua preocupação perante a esses fatos e alertou também que não é apenas por estarem com poucos profissionais, mas sim de trazer a crítica sobre como isso afeta o funcionamento da Unidade de Saúde como um todo, e, sobretudo do funcionamento da logística, da comunidade e do Conselho Local De Saúde. Solicitou, enquanto Conselho Local de Saúde uma resposta formal do porque o Doutor Thiago foi desligado, pois não havia questões, ou denúncias que resultassem nesse desligamento.

6.3 Talita Cristine Rosinski - Subsecretária de Saúde Pública - SMS

Esclareceu que conforme já havia sido apresentado em Plenárias anteriores o plano de substituição da Secretaria dos contratados, em relação a categoria médica, é que proceda com a substituição por concurso desses contratos ou por profissionais do programa Mais Médicos, o qual a Secretaria estabeleceu na parceria com o Ministério para poder realizar a ampliação das equipes. Informou que havia a previsão de receber 4 profissionais do Mais Médicos na finalização de alguns médicos que estavam em processo de contrato, e o Thiago era um deles. Comunicou que eles tinham sinalização de apresentação de um desses profissionais para executar essa substituição, a qual já havia sido comentada anteriormente em Plenárias anteriores. Expôs que o ocorrido partiu da seguinte forma: O profissional, o qual era um Médico de contrato, acabou não se apresentando e já havia finalizado o tempo, assim sendo feito o desligamento do mesmo para que fosse possível proceder com a substituição. Proferiu que infelizmente o profissional do Mais Médico não ingressou naquela ocasião e por isso a Secretaria não pôde realizar a renovação do contrato, assim substituindo por um tempo por um profissional que puderam vincular mais rápido para que a comunidade não ficasse em desassistência, mas a programação em relação aos profissionais médicos continua sendo a mesma que foi apresentada anteriormente, irão substituir ou por profissionais do Concurso Público (Médicos de Família) ou por profissionais do Programa Mais Médicos, que são o que estão chegando por parte do Ministério. Informou que não há nada em relação ao desmérito desse profissional, infração ou qualquer outra questão de desempenho ruim.

6.4 Erick Cardoso - CLS Pantanal

Informou que a questão que trouxe é muito mais séria do que a substituição de um médico, é uma posição que a Secretaria não pode repetir. Falou que entende que no mesmo período que ocorreu o desligamento no Centro de Saúde Pantanal também estava ocorrendo desligamentos em outras unidades, mas o que estava trazendo à tona na reunião é que não houve um aviso prévio de que o Dr. Thiago seria desligado e muito menos de que seria substituído por algum dos médicos que foram citados anteriormente por Talita. Portanto, o ponto é que foram informados apenas no dia, assim como o Dr., sendo que já havia sido solicitada renovação do contrato pela coordenação da Unidade Básica de Saúde e pela Atenção Primária, sendo assim, o processo estava ocorrendo de forma paralela, não era de reconhecimento do Conselho Local de Saúde e nem da Coordenação da Unidade. Sua indagação é pela forma que ocorreu e não por ter acontecido uma substituição.

6.5 Talita Cristine Rosinski - Subsecretária de Saúde Pública - SMS

Respondeu que podem ver com o RH como tem sido esse trâmite de informar o profissional, pois ele tem um contrato por um período que pode ser renovado para mais, geralmente 1 ano + 1 ano, desse processo seletivo, portanto a vigência do contrato realmente é do ano presente, logo não renovar o contrato é uma prerrogativa que a Prefeitura pode adotar, e como a Secretaria tinha a perspectiva da vinda desses profissionais para iniciarem as atividades no Município, a substituição foi feita para caminhar dessa forma, e infelizmente houve uma má sorte do profissional do Mais Médicos desistir e a Secretaria precisar usar do recurso de Médico Clínico. No entanto, afirmou que é uma situação temporária, pois a intenção é a substituição sempre com profissionais de formação mais similares ao que funciona melhor na Saúde da Família, o qual é o Médico de Família ou Mais Médicos que também tem formação nesse sentido.

6.6 Erick Cardoso - CLS Pantanal

Solicitou que fosse deixado como encaminhamento que a Secretaria traga uma posição diretamente pro Conselho Local em relação a essa situação.

6.7 Talita Cristine Rosinski - Subsecretária de Saúde Pública - SMS

Comunicou que iriam localizar o Ofício, e que se ainda não houvesse sido respondido, responderiam.

6.8 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Informou que o Conselheiro Adélio José da Costa, Coordenador do CLS Canasvieiras também estava deixando Ofício de adequação do Centro de Saúde Canasvieiras em relação a construção do anexo Centro de Saúde Canasvieiras, sala de reuniões, cozinha, banheiros para os profissionais, lavanderia, almoxarifado e algumas outras questões. Comunicou que o Conselho irá repassar para as áreas técnicas para ter um posicionamento e então enviar ao CLS Canasvieiras. Questionou se havia mais alguém que gostaria de apresentar alguma demanda. Sem mais para o momento, começou-se a ser proferido os próximos pontos de pauta para a próxima reunião.

7º Sugestão de Pontos de Pauta para a próxima Sessão Plenária de nº. 221, de 26 de setembro de 2023.

7.1 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Indagou se alguém gostaria de fazer sugestão de próximos pontos de pauta, ou se gostariam de pegar os pontos de pauta que saíram de outra reunião e estão atrasados. Disse que também iria verificar com Daniela se tem instrumento de gestão para o mês de Setembro e então informaria aos Conselheiros.

7.2 Lisia Maria Barth - CDS Norte

Gostaria que na próxima reunião houvesse um esclarecimento da Secretaria com todos os parecerimentos a respeito dos questionamentos sobre o Complexo Hospitalar do Sul da ilha, e também sobre o Instituto Arco-Íris.

7.3 Gerusa Machado - Secretária Executiva do CMS

Informou que iria ver juntamente com a Mesa Diretora a definição da pauta. Agradeceu a todos os presentes e sem mais para o momento, a reunião foi encerrada.

Conselheiros Presentes 220ª Plenária

Governo Municipal

1. Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública
Daniela Baumgart de Liz Calderon (Suplente)
2. Telma Pitta, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU

Entidades Prestadoras de Serviço em Saúde

3. Denilson Machado, Instituto Arco-Íris
Luciane Marques Raupp (Suplente)

Entidades Populares

4. Fabiola de Souza, Associação de Moradores do Campeche - AMOCAM
5. Silvana Maria Pereira, Instituto de Estudos de Gênero - IEG
6. Leonilda Delourdes Gonçalves, Pastoral da Pessoa Idosa - PPI
7. Juliara Bellina Hoffmann, União Brasileira de Mulheres - UBM
8. Albertina Prá da Silva, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO

Conselhos Distritais de Saúde

9. Fabricia Cristina de Sá Santos, Conselho Distrital de Saúde Centro
10. Lisia Maria Barth Conselho Distrital de Saúde Norte(Suplente)
11. Gustavo Jubiraci Droguetti Lanza, Conselho Distrital de Saúde Sul
Edilma Pereira Lima, Conselho Distrital de Saúde Sul (Suplente)

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores

12. Sulimar Vargas Alves, Sindicato dos Empregados em Edifício e em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de Florianópolis / SC.

Entidades Não Governamentais que Atuam no Atendimento a Pessoas com Patologias Crônicas e Pessoas com Deficiência

13. Simone do Rocio Pereira dos Santos, Associação Brasileira de Portadores de Câncer – AMUCC
14. Milena Amorim Zuchetto, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis - APAE

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

15. Paulo Sergio Cardoso da Silva (Suplente), Conselho Regional de Educação Física de SC – CREF3/SC
16. Jadson Jovaert Mota Kreis, Conselho Regional de Enfermagem de SC - COREN

Instituições Públicas de Ensino Superior com Atuação na Área da Saúde com sede em Florianópolis

17. Josimari Telino de Lacerda – Universidade Federal de Santa Catarina

Entidades Ausentes

Governo Municipal

18. Cristina Pires Pauluci, Presidente do Conselho Municipal de Saúde
19. SEMAS | Secretaria Municipal de Assistência Social
20. SME | Secretaria Municipal de Educação

Entidades Prestadoras de Serviço em Saúde

21. AHESC | Associação de Hospitais de Santa Catarina

Entidades Populares

22. Associação ALEGRE MENTE | Associação dos Usuários do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.
23. GEBEN | Grupo Espírita Benedita Fernandes

Conselhos Distritais de Saúde

24. CDS Continente | Conselho Distrital de Saúde Continente.

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores

25. CUT/SC | Central Única dos Trabalhadores

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

26. CRN 10 | Conselho Regional de Nutricionistas da 10ª Região
27. SINDFAR/SC | Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Santa Catarina
28. SINPSI-SC | Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores em Saúde do Serviço Público

29. ABEn | Associação Brasileira de Enfermagem

30. SINDSAÚDE | Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Serviços de Saúde de Florianópolis

Justificaram Ausência

31. AFABB/SC | Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil

32. SMMA | Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Participantes e Convidados

1. Adélio José da Costa, CLS Canasvieiras;
2. Afonso José Christ, CLS Tapera;
3. Alexandre Stuepp, CLS Saco Grande;
4. Alexandre Ventura Olmos, CLS Campeche;
5. Carmen Mary de Souza Souto, CLS Pantanal;
6. Damiana Caroline da Silva, estudante;
7. Daniele Lemos, Professora;
8. Débora Bernardi Lassalle, Estudante;
9. Erick Cardoso, CLS Pantanal;
10. Fabricia Cristina de Sá Santos, CLS Saco dos Limões;
11. Fernanda Melchior, Diretora de Atenção à Saúde - SMS
12. Giulia Nagel, Estudante;
13. Humberto João dos Santos, Secretário Adjunto - SMS
14. João Paulo Lencza, Programador;
15. João Vitor da Silva, Estudante;
16. Juliana Patrícia Diel, Estudante;
17. Leandro da Silva Nunes, Estudante;
18. Luana Rios Weber, Subsecretária de Gestão e Operações de Saúde - SMS;
19. Luciano Fernando Elias, Gerente de Programação e Execução Orçamentária - SMS;
20. Luiza Ramos Pellenz, Estudante;

21. Maria Alice Osório Lima, Estudante;
22. Maria Eloini Bonotto, CLS Jurerê;
23. Mislaine Edna Pereira, Assessoria de Contratos - SMS;
24. Patrícia Barreto, SINDSAÚDE;
25. Paulo R. Machado, Gerente Ambiental;
26. Paulo Roberto Rebeschini, CLS Campeche;
27. Rosilani M. dos Santos, SMS - DVS;
28. Simone de Souza, CLS Ratoles;
29. Simone Lussani, CLS Ratoles.

Glossário de Siglas e Abreviaturas

ABEn - Associação Brasileira de Enfermagem

ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

APS - Atenção Primária em Saúde

CAOF - Comissão de Acompanhamento de Orçamento e Finanças

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CDS - Conselho Distrital de Saúde

CELK - Sistema de Prontuário Eletrônico em Saúde

CGM - Controladoria Geral do Município

CLS - Conselho Local de Saúde

CMS - Conselho Municipal de Saúde

CNS - Conselho Nacional de Saúde

CS - Centro de Saúde

GAP - Gerência de Atenção Primária

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Nurrevi - Núcleo reabilitação de vidas

OSC - Organização de Sociedade Civil

PAS - Programação Anual de Saúde

PGM - Procuradoria Geral do Município

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis

RAPS - Rede de Atenção Psicossocial

RH - Recursos Humanos

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SUS - Sistema Único de Saúde

UPA - Unidade de Pronto Atendimento